

Desafios da demografia

O censo demográfico 2010 que está em campo trará revelações importantes para o planejamento público e privado nos próximos anos. Mas não é preciso esperar o Censo para colher alguns indícios do que está em curso no campo demográfico: o acelerado envelhecimento da população.

No período compreendido entre 1991 e 2009 a expectativa da população brasileira passou de 67 anos para 73 anos. A redução da taxa de fecundidade aliada à maior expectativa de vida explica esse envelhecimento rápido. Mas quais as implicações práticas desse processo para as políticas públicas governamentais?

Num primeiro momento, o processo de envelhecimento traz efeitos positivos e proporciona, na conceituação demográfica, uma “janela de oportunidades”. Isso porque crianças e adolescentes passam a participar menos do total da população e perdem espaço para jovens e adultos, já em idade ativa.

O crescimento da relação entre pessoas ativas e inativas em uma sociedade é um fator positivo para o crescimento agregado da renda. Isoladamente, o efeito demográfico poderá contribuir para o aumento da renda domiciliar per capita dos mais pobres em 1% ao ano no Espírito Santo, no futuro próximo.

A redução da proporção de jovens na população total também contribui, estatisticamente, para redução da criminalidade, haja vista que esse grupo é o mais vitimado e também o indiciado nessa questão social. Para a educação, ocorre a redução da demanda por ampliação de vagas no sistema, por conta da redução do número de postulantes à educacional formal. As oportunidades, portanto, residem na reversão de parte do crescimento das receitas fiscais no aprofundamento da qualidade do sistema educacional e de assistência social, diante da menor pressão por ampliação da cobertura destes gastos.

O crescimento da relação entre pessoas ativas e inativas em uma sociedade é um fator positivo para o crescimento agregado da renda

Mas existem também outras conseqüências que devem demandar mais esforço de planejamento no campo das políticas públicas. Primeiramente, o envelhecimento populacional enseja mudanças no perfil epidemiológico da população, e poderá demandar um volume crescentemente mais elevado de recursos públicos destinados à saúde. Parte da atenção voltada às doenças infecto-contagiosas, predominantes nos mais jovens, deverá ser destinada às doenças crônicas – diabetes, hipertensão, neoplasias – predominantes nas populações de idade mais avançada.

Por fim, passado o período da “janela de oportunidades” que deverá durar entre 35 a 40 anos, no Brasil e também no Espírito Santo, haverá maior participação da população idosa, já retirada do mercado de trabalho. Nesse contexto, o crescimento da renda se torna potencialmente menor, e os sistemas previdenciários poderão sobrecarregar a geração em idade ativa, caso não sejam preparados desde já. O problema previdenciário, em particular, pode ser explosivo por conta das regras prevaletentes e representa um risco real não somente à segurança econômica dos idosos, mas também ao crescimento econômico dos próximos anos.

■ Ana Paula Vescovi é economista e diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

■ Lorena Trindade é economista e assessora no IJSN.